



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

MERCADO IMOBILIÁRIO EM NATAL/RN: HABITUS E PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES

Gilene Moura Cavalcante (UFRN/IFRN) - gilene.moura@ifrn.edu.br

Geógrafa, professora de Geografia (IFRN), doutoranda em Ciências Sociais (UFRN).

Mercado Imobiliário em Natal/RN: *Habitus* e Produção de Territorialidades

Discutindo o *habitus* e o território

Com a preocupação de investigar como a produção do espaço urbano constrói uma geografia da acumulação capitalista na cidade de Natal, a partir das ações relacionadas ao mercado imobiliário, esse trabalho vem buscando conexões que possam dar conta de tal proposição. Uma das possibilidades está associada às ideias de Pierre Bourdieu, em sua busca por uma teoria da prática.

Na construção dessa teoria Bourdieu (2006) usa conceitos que são fruto de muitos anos de investigação, a partir de teóricos clássicos como Durkheim, Saussure, Husserl, Merleau-Ponty, Marx, Bachelard e outros. Do diálogo com esses autores nasce um de seus conceitos-chave mais importantes, o de *habitus*. Esse conceito tem origem a partir de noções como *hexis* e *ethos* que estão relacionadas ao modo de agir de uma dada sociedade, ao comportamento humano entre o individual e o coletivo. Ele emerge em uma crítica ao homem no estruturalismo que, segundo Bourdieu (2006) seria um agente inerte (de consciência), apenas suporte das estruturas.

O *habitus* é um conjunto de disposições duradouras, mas que conserva, entretanto, capacidades criadoras, ativas, inventivas e está relacionado à postura do homem a partir de um conhecimento adquirido e inculcado (BOURDIEU, 1983; 2006). A incorporação de um *habitus* ajuda a promover ou disseminar certa ordem moral sobre o espaço. Tendo em vista a presente afirmação é importante analisar quais são os mecanismos de inculcação do *habitus*? A compreensão desse processo auxiliará na investigação da estrutura espacial que se materializa na cidade, uma vez que o espaço é necessariamente, social e se apresenta como resultado das práticas da sociedade, contraditórias, complexas e, algumas vezes, sinérgicas (HARVEY, 2005; LEFÈBVRE, 2001).

A investigação mais aprofundada do espaço mostra que a própria disposição dos elementos de sua constituição pode ser compreendida como mecanismo de inculcação do *habitus*. A ideia de naturalização do arbitrário, desenvolvida por Bourdieu (2005), ao tratar da discussão do arbitrário cultural masculino, em sua obra “A dominação masculina”, induz a essa reflexão. Aquilo que está posto espacialmente torna-se, pela apropriação da sociedade, uma verdade incontestável por sua disposição aparentemente natural.

Nessa mesma linha, Souza Filho (2007), mudando o foco para o papel da ideologia, argumenta como a sociedade, por meio do discurso, engendra uma práxis que, a priori, parece determinada para ser daquela maneira exata e que não haveria meios de ser de

outra forma, dado que já está posto no seio da sociedade, ao que ele vai radicalmente contrário, sustentando a ideia do que ele chama de construcionismo social.

“Por meio da ideologia, a realidade engendra um discurso de naturalização, universalização e eternização de suas formas, de modo que sanciona, consagra, a *dominação cultural-social-moral* na qual ela própria se constitui enquanto experiência do viver social e coletivo. A ideologia oferece uma imagem da realidade que não corresponde aquilo que ela é: arbitrária, convencional, contingente” (SOUZA FILHO, 2007, p. 25).

Embora o argumento seja coerente, considera-se que a ideologia *per si* não engendraria tal naturalização. Mais do que isso, de fato é necessário um conjunto de disposições duradouras. É justamente na tentativa de combater a visão equivocada desse naturalismo que Bourdieu propõe o aprofundamento da noção de habitus para construir uma teoria da prática social, uma vez que em sua compreensão os agentes não atuam de maneira livre. Para Bourdieu (2001, p. 169), “[...] os agentes sociais são dotados de habitus, inscritos nos corpos pelas experiências passadas” e, por isso mesmo, “[...] o agente nunca é por inteiro o sujeito de suas práticas”. Isso significa que o conjunto dessas ações coordenadas direcionam as ações individuais e coletivas, historicamente.

Então, entende-se que o habitus, mais do que um hábito puro e simples, serve para nomear além de uma prática, um estado de coisas, fruto de relações, materiais e imateriais, as quais os grupos sociais constituem a partir das estruturas já existentes, mas que os permite criar outras novas.

O conceito de habitus em Bourdieu foi construído juntamente com outras noções-chave: a de campo é uma delas. O conceito de campo em Bourdieu se aproxima à compreensão vulgar do conceito de espaço na Geografia, uma vez que o campo seria o ambiente no qual se dão as relações sociais e são travadas as disputas pelo acesso aos diferentes objetos de desejo humano, como poder, conhecimento, dinheiro, *status* etc. Por outro lado, ao mesmo tempo, esse conceito se aproxima da noção de território na Geografia, dado que este se refere ao espaço apropriado e marcado por relações de poder.

A noção de campo engloba as duas proposições conceituais acima referidas, não obstante, tem como elemento *sui generis* a atribuição de particularidades, na medida em que nele variam os agentes e o próprio campo (pois existem tipos diversos de campo em diferentes sociedades e dentro de uma mesma sociedade muda natureza/essência do campo – cultural, político, intelectual etc.). Ou seja, no campo político um dado agente pode deter grande poder, influência e ascendência, embora o mesmo possa não ocorrer no campo cultural ou em outro campo de natureza semelhante, mas com outros agentes. Esse conceito, para Bourdieu, está profundamente ligado ao de habitus, dado que todo habitus se realiza ou se materializa em um dado campo.

Como produto de certo momento da história esse campo (assim como seus limites materiais e imateriais) pode variar com o tempo e o habitus (que deve ser comum) dos agentes que promovem ali seus interesses, isso por que “O campo estrutura o habitus e o habitus constitui o campo” (Bourdieu, 1992, p. 102). Assim, desenvolve-se no campo uma doxa, um nexos comum de coisas, uma crença compartilhada que fortalece as ações dos agentes no campo, enquanto grupo. Embora o conceito de campo seja importante para entender o habitus existem outros conceitos que somados a este último poderão dar maiores contribuições à compreensão da produção do espaço urbano.

Em face do exposto, considera-se mais pertinente nesse trabalho utilizar o conceito de campo eventualmente como acessório ao de habitus, por ser este muito mais apropriado para analisar processos políticos, ideológicos, culturais de outra natureza, cujo foco não seja as implicações espaciais. Os conceitos de espaço, abordado no primeiro capítulo, e o de território, a ser desenvolvido logo mais, mostram maior utilidade para a explicação dos processos que desenrolam na cidade de Natal, com particular participação dos agentes ligados ao mercado imobiliário.

Como o conceito de *habitus* pode auxiliar na explicação das matrizes espaciais verificadas em Natal, resultantes da ação direta ou indireta do mercado imobiliário? Isso é possível porque o *habitus* é composto por um conjunto de estruturas que foram consolidadas a partir da prática de outros agentes e incorporadas a partir de um processo de inculcação de novos agentes que passaram, a partir desse conjunto de códigos que é o habitus incorporado, a produzir uma nova práxis.

Se combinado à discussão de espaço, abordada anteriormente, é possível entender que cada porção do espaço geográfico contém um pouco do *habitus* de certo conjunto de agentes sociais, uma vez que ele é produto das relações sociais. Esse argumento está assentado na discussão de Bourdieu (apud WACQUANT, 2008), acerca de como funciona o habitus.

“Bourdieu propõe que a prática não é nem o precipitado mecânico de ditames estruturais nem o resultado da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos, mas antes ‘o produto de uma relação dialética entre a situação e o habitus, entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas’ adquiridos numa prática anterior” (Bourdieu 1972; 1977, p. 261).

Esse fragmento remete ao poder estruturante do habitus. Embora pareça contraditório, na verdade é dialético. Esses argumentos apresentam elementos suficientes para fazer desse conceito um importante elo para o entendimento das relações conflituosas

permeadas na sociedade capitalista, especialmente no que se refere às formas de apropriação dos espaços pelo capital imobiliário.

Ao se analisar a hierarquização espacial promovida pela produção do espaço residencial das elites é interessante considerar alguns elementos. Não há na ação dos sujeitos sociais uma intencionalidade própria voltada para a expropriação espacial de certa parcela da sociedade. O que ocorre deriva do fato de que na lógica do próprio sistema capitalista, que é desigual e combinado, para haver a ascensão de uns é necessário que haja o descenso de tantos outros. Isso só ocorre por que há um grupo de agentes que compartilham de um mesmo *habitus* incorporado que conduz as suas práticas, levando-os à busca de coesão social no espaço.

Se o espaço é produzido por diferentes agentes, muitas vezes, com diferentes interesses, como saber se compartilham o mesmo *habitus*? Entende-se que a partir do resultado prático das ações desses agentes será possível determinar a coesão ou convergência de seus *habitus*. Isso por que o *habitus* está relacionado aos códigos de percepção, pensamento e ação, constituídos historicamente e que caracterizam o comportamento do indivíduo na sociedade. Pode-se então falar em *habitus* de classe, nesse sentido?

Há que se fazer algumas considerações. Para Bourdieu (2007), o conceito de classe não deve ser algo utilitário, usado para agrupar a sociedade por categorias específicas, como profissões, por exemplo. Mais do que compartilhar uma dada variável, para se determinar uma classe social é necessário estabelecer o conjunto de condições de existência de um dado grupo social que partilham de um mesmo *habitus*. Isso porque ele entende o *habitus* de classe como

“[...] forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe; portanto, construir a classe objetiva, como conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas [...]” (p. 97).

A proposição de discutir a ideia de classe objetiva pretende muito mais dar conta de fazer entender as formas de apropriação do espaço social pelos agentes. Nesse sentido, a classe nada mais é do que um veículo para o estabelecimento de uma topologia social para os diferentes agentes. Para tanto, importa retornar ao conceito de espaço, mormente, nesse caso, na forma de espaço social. É este quem vai determinar a mobilidade dos agentes e o nível de incorporação do *habitus* inculcado.

“A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima suas hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) e, sobretudo, dissimulada pelo *efeito de naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta” (BOURDIEU, 2007, p. 160).

É a busca por inserção no espaço social que rege a ação dos agentes. Embora seja uma visão limitada do espaço, dado que, muitas vezes, em Bourdieu o espaço se confunde com outros conceitos mais amplamente discutidos na Geografia, como o lugar ou o território, há uma dimensão do espaço social em Bourdieu (2007) que é relevante para entender a hierarquização do espaço na cidade e, assim, entender a práxis dos agentes imobiliários na cidade.

“O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também das distâncias físicas desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado”.

Esse valor é construído socialmente, embora apropriado individualmente, por diferentes agentes. Para construir a teoria da prática há o reconhecimento da importância do espaço para a realização social na obra de Bourdieu. Em função disso entende-se a sua explicação de como a sociedade se movimenta em busca de diferentes aspectos ao espaço (que ele chama de social) relacionados. Isso explica a valorização espacial diferenciada, que na literatura marxista é discutida a partir das teorias do valor e da renda da terra (que serão discutidas em outro momento), que permite ganhos diversificados aos produtores/consumidores do espaço.

“Os ganhos do espaço podem tomar a forma de *ganhos de localização*, eles mesmos susceptíveis de ser analisados em duas classes: as rendas (ditas de situação) que são associadas ao fato de estarem situadas perto de agentes e de bens raros e cobiçados (como os equipamentos educacionais, culturais ou de saúde); os *ganhos de posição ou de classe* (como os que são assegurados por um endereço prestigioso), caso particular dos ganhos simbólicos de distinção que estão ligados à posse monopolística de uma propriedade distintiva [...]. Eles podem também tomar a forma de *ganhos de ocupação* (ou de acumulação), [...] podendo ser uma forma de manter à distância ou de excluir toda espécie de intrusão indesejável [...] (BOURDIEU, 1997, p. 163).

O espaço social funciona como o ambiente de realização do habitus incorporado. Entretanto, não é só espaço social que a incorporação do habitus gera. Ela gera estruturas sociais de poder, de base material, calcadas no interesse de grupos específicos (da elite) e na vontade política de segmentos representativos da sociedade (poder público). Nesse sentido, somando-se ao conceito de habitus o de território – e complementarmente o de territorialidade –, será investigado como parte da reflexão teórica em torno das práticas sociais na cidade.

O conceito de território considerado nesse trabalho é aquele discutido por Costa (2004; 2006), cujo sentido é multifacetado, mesmo polissêmico, associado, em geral, a três dimensões. A primeira refere-se à natureza jurídico-política, mais ligada ao controle estatal; a segunda é a dimensão cultural, na qual predominam o simbolismo e a subjetividade, e na qual estão subordinadas, em parte, as análises desse trabalho; e, por fim, a dimensão econômica, que se materializa, muitas vezes, no fenômeno da territorialização e desterritorialização, por meio de embates entre classes ou fruto da relação capital-trabalho, ou ainda, pela condição de seletividade espacial inerente ao capitalismo, dimensão que será de grande valia para entender o papel do setor imobiliário na produção do espaço urbano em Natal.

A noção complementar de territorialidade em Costa (2004) caminha no sentido de afirmar a existência de uma aparente autonomia disseminada na sociedade, que vai de encontro a certas determinações, que estão na ordem do arbitrário e que são exteriores aos indivíduos.

“Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo (COSTA, 2004, p. 97)

A territorialidade pode ser então pensada como um dos produtos do habitus incorporado (pois ela é o resultado dos interesses e dos jogos de poder, de forças conflitantes em disputa; e o habitus é a disposição que faz a sociedade agir de determinadas maneiras), uma vez que é entendida como um processo gerador de “mediações espaciais”; e o habitus pode ser entendido como gerador de (e por) “mediações sociais”. Então será pelo processo de identificação das territorialidades que se chegará ao habitus de classe dos agentes imobiliários em Natal, porque a reificação do habitus resulta em materialidades que, necessariamente, apresentarão certo grau de homogeneidade e denunciará a conjugação de um mesmo habitus.

Rosendahl (2005) dá uma boa contribuição à discussão do território, convergindo com a perspectiva de Costa (2004). Em sua discussão aponta elementos de ordem

imaterial, simbólica que são importantes para compreender as representações da sociedade.

“Nos tempos atuais o território, impregnado de significados, símbolos e imagens, constitui-se em um dado segmento do espaço, via de regra delimitado, que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição. O território é, em realidade, um importante instrumento da existência e reprodução do agente social que o criou e o controla” (ROSENDAHL, 2005).

O território como uma dimensão do espaço produzido carrega as representações daquilo que determinados grupos sociais consideram ser adequado para o desenvolvimento urbano, quando na verdade buscam legitimar interesses particulares ou de grupos específicos, a partir da lógica segregadora e espoliadora de um dado sistema econômico.

Esse espaço produzido, permeado por territorialidades específicas é fruto da estruturação de um habitus de classe, que engendra processos espaciais que passam a orientar a vida da coletividade social. Isso não significa que ele represente, de fato, os interesses dessa coletividade como um todo, mas daqueles cuja topologia social os coloca em sintonia com os interesses dos grupos dominantes, em geral, as elites políticas e econômicas.

Quando se trata de analisar como a ação dos agentes imobiliários promove uma geografia da acumulação capitalista na cidade de Natal, as dimensões do habitus (pela capacidade de promover a formação de estruturas estruturantes) e do território (por mobilizar as ações na organização de tipos específicos de espaço) emergem como uma tentativa de escrutinar a produção do espaço urbano, uma vez que a discussão da produção do espaço, por vezes, é generalista demais para desmistificar a nebulosidade que há entre a aparência (a matriz espacial, por exemplo) e a essência (os jogos de poder e a natureza expropriadora do capital) dos processos em questão.

A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E A DINÂMICA IMOBILIÁRIA EM NATAL: CONJUGAÇÃO DE FATORES EXTERNOS E INTERNOS

Na tentativa de desfazer essa ocultação investigar-se-ão as minúcias do espaço produzido, a partir das ações de seus agentes. Essas ações podem ser materializadas por meio de políticas públicas, territoriais, processos econômicos ou pela realização da sociedade. Para o objetivo em foco nessa tese há um elemento fundamental a ser analisado: as relações que envolvem o universo da habitação. Ela é um dos elementos mais significativos na investigação do *modus operandi* dos agentes imobiliários.

Isso ocorre porque, nesse caso, além do valor de troca fundamental no mercado, se expressa uma maximização do valor de uso que tem a mercadoria habitação, acima das

demais. Esse bem, com características tão peculiares, é imprescindível ao homem civilizado. Ele tem significados múltiplos, em várias dimensões da vida social (HARVEY, 1980; VALENÇA, 2008). É uma das formas de materialização do ser social. É, ainda, um espaço no qual a sociedade realiza trocas simbólicas, além de ser parte importante na composição de seu *status quo*.

A lógica de apropriação do espaço em função da habitação é bastante peculiar. Há, muitas vezes, uma superposição funcional dos espaços. E isso está legitimado no mercado, pelas novas ordens sociais do morar, que geram reprodução de certos modelos incontestes, desproporcionais à realidade sócio-histórica. Criam-se, então, por meio de um *habitus* coletivo dos agentes imobiliários, novas condições materiais e imateriais de morar. O conceito de *habitus*, que responde pela relação entre sociedade e sujeito, pode ajudar a entender isso, uma vez que introduz a ideia de se pensar as ações do indivíduo de acordo com certas determinações da sociedade. Pode-se ler por determinações, nesse caso, as imposições das elites e do mercado imobiliário na estruturação do espaço urbano, que influencia diretamente sobre a relação trabalho x moradia para a classe trabalhadora.

O funcionamento da dinâmica habitacional de mercado é mesmo capcioso. Por que uma casa produzida sob as mesmas condições gerais tem preço diverso, dependendo da localização na cidade? Para compreender a lógica espacial de distribuição e consumo da moradia na cidade é preciso investigar a dinâmica do mercado imobiliário como parte do processo de produção da casa e da cidade, e como parte de uma práxis social.

A compreensão da dinâmica habitacional inserida no contexto da urbanização capitalista pode ser ampliada com a retomada da discussão de Bourdieu (2007) sobre a questão dos “efeitos de lugar”. Embora o conceito de lugar apareça em Bourdieu simplesmente como “[...] o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe” (2007, p. 156), o autor faz uma apropriação meticulosa de aspectos preciosos de percursos, materiais e imateriais, do cotidiano de grupos da sociedade em suas práticas de apropriação do espaço.

Para introduzir a compreensão do que seriam os “efeitos de lugar” para entender a dinâmica urbana capitalista é imprescindível fazer-se um adendo a noção de espaço nesse autor, uma vez que esse conceito está diretamente relacionado àquele. Na sua leitura do espaço Bourdieu faz uma distinção, de cunho abstrato, um recorte metodológico, separando o espaço físico, do espaço social. É no espaço social, “[...] lugar de coexistência de posições sociais, de pontos de vista mutuamente exclusivos, os quais, para seus ocupantes, constituem o princípio de pontos de vista” (BOURDIEU, 2001, p. 159), que são travadas as lutas entre aqueles que detêm diferentes níveis de capital.

É preciso, então, refletir: a ideia dos “efeitos de lugar” determina que a apropriação maior ou menor do espaço ou de um elemento material importante para a sua constituição

dota o seu apropriador de uma condição diferenciada frente aos demais, que na perspectiva de Bourdieu pode se chamar de capital social. É esse capital social que, associado às condições gerais de renda, dá mobilidade aos agentes sociais. E as questões que cercam o universo da habitação são parte expressiva na composição desse capital social, uma vez que a habitação, e tudo a ela relacionado, pode contribuir para a criação/manutenção do *status quo*, como já referido, ou para compor um quadro decisivo de estigmatização social.

É em parte por esses aspectos que a habitação passa a ter um papel decisivo na estruturação espacial da cidade e nos mecanismos de operação dos agentes no espaço social. O assentamento residencial tem a propriedade de compor a valorização de um dado espaço, pelo fato de a habitação ter toda a série de prerrogativas enunciadas acima, não só nos aspectos que podemos chamar da casa “por dentro” como no que se refere aos processos econômicos e sociais gerais que envolvem a casa “por fora”.

Não se pode perder de vista o papel das elites (econômicas, intelectuais, políticas) na conformação do espaço social a partir do elemento habitação. Villaça (2001) destaca o caráter seletivo do capital que é personificado a partir do poder de escolha das elites, que se distribuem ao longo das melhores áreas da cidade, hierarquizando o espaço urbano. Harvey (2005) também abraça essa discussão em sua análise do poder micro-celular do capital sobre o espaço. Não o capital como coisa, mas como relação social.

A questão da hierarquização socioespacial é um debate importante para entender a geografia da acumulação do capital, tendo em vista que os agentes sociais não se estabelecem anacronicamente no espaço. Nessa perspectiva, Bourdieu (2007) desenvolve uma discussão interessante.

É preciso haver o reconhecimento entre os agentes dentro de uma dada estrutura. Isso sucede mediante o compartilhamento de um mesmo *habitus*, que pode ser materializado no espaço social a partir da dinâmica habitacional, por exemplo. Como é que isso acontece? A hierarquização espacial é uma dessas formas. Homologamente, ela ocorre devido ao fato de que certo grupo de agentes considera pertinente que as pessoas passem a residir em função de um conjunto de condições de existência.

Não por acaso, os agentes que mantêm o domínio sobre a produção das territorialidades são, curiosamente, aqueles que estão ligados mais diretamente às estruturas de desenvolvimento do capital. E sua práxis orienta os caminhos para a acumulação de tal capital. No imobiliário isso vem ligado a práticas territoriais diversas: na política pública, pelo ordenamento territorial, plano diretor etc., na sociedade em geral, por um lado, as elites a partir da especulação imobiliária ou da criação de externalidades positivas (RIBEIRO, 1997; HARVEY, 1980) e, não menos importante, as classes menos favorecidas de renda, pela criação de heterotopias. Estas são o resultado, quase irreal, das

desditas estratégias de sobrevivência urbana dessas classes em áreas valorizadas, resultados de percursos inglórios por caminhos tortuosos.

Numa apropriação do conceito para a explicação dos processos espaciais do desenvolvimento geográfico desigual (e combinado), esse trabalho busca em tal conceito a perspectiva do devir que a palavra heterotopia – hetero (alter, outro) topia (lugar) – traz. Além disso, esse conceito remete a um sentido de contra-ação à naturalização que as estruturas dominantes de poder determinam para o conjunto da sociedade, mas que nem sempre funciona como pretendido para as classes menos favorecidas de renda. O arbitrário das ações e estratégias de quem domina vai, muitas vezes, de encontro às utopias de uma sociedade subjugada, mas não inerte, gerando conflitos que se materializam espacialmente, em alguns casos, na forma de má distribuição de equipamentos bens e serviços.

As heterotopias são o resultado prático do que é possível dentro do idealizado. Nasce exatamente da noção de utopia que, nesse caso, prefere-se validar a discussão de Harvey (2004) em torno das utopias dialéticas (parte de um projeto de desenvolvimento urbano). Para Foucault,

“Primeiro, há as utopias. As utopias são espaços sem lugar real [as heterotopias, não]. São espaços que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou oposta. É a própria sociedade aperfeiçoada, ou é o contrário da sociedade, mas, de qualquer forma, essas utopias formam espaços que são fundamental e essencialmente irrealis. Também há, e isso provavelmente existe em todas as culturas, em todas as civilizações, lugares reais, lugares efetivos, lugares que estão inscritos exatamente na instituição da sociedade, e que são um tipo de contra-espaços, um tipo de utopias efetivamente realizadas nos quais os espaços reais, todos os outros espaços reais que podemos encontrar no seio da cultura, são ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, tipos de lugares que estão fora de todos os lugares, ainda que sejam lugares efetivamente localizáveis. Esses lugares, porque são absolutamente diversos de todos os espaços que refletem e sobre os quais falamos, eu os chamarei, por oposição às utopias, de heterotopias” (FOUCAULT, apud CHIAPPARA, 2007, p. 5-6).

E esses lugares de fato existem. A análise da micro-física do espaço social, na perspectiva de Bourdieu (2001), dá suporte a esse entendimento. A expectativa de inserção socioespacial dos diferentes agentes sociais cria um mosaico geográfico, produzido como um palimpsesto, em cima das tentativas de acesso aos bens e serviços na cidade, e de ser e estar no mundo, de se reconhecer e ser reconhecido.

Com isso emergem bairros diferenciados na hierarquia intraurbana. Contudo, esses bairros não são espaços homogêneos. Possuem interstícios que abrigam a diferença. Produzidos a partir das utopias urbanas de uma sociedade de classes, criam espaços heterotópicos difíceis de impingir uma ordem legal/formal arbitrária, mas socialmente determinada pelos grupos de poder dominantes.

Não obstante, mesmo a heterotopia acaba por ser incorporada ou apropriada pelas instâncias maiores do poder político e econômico. Um exemplo empírico disso é a instituição de Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS, em cidades como Natal/RN. Essa é uma tentativa de engajamento das práticas sociais encontradas em certas áreas, ao projeto político de certos grupos de poder. É uma tentativa de controle social das estratégias inesperadas de sobrevivência de grupos socialmente fragilizados.

Segundo o Plano Diretor de Natal, as AEIS “[...] se configuram a partir da dimensão socioeconômica e cultural da população, com renda familiar predominante de até 3 (três) salários mínimos, definida pela Mancha de Interesse Social (MIS), e pelos atributos morfológicos dos assentamentos” (NATAL, 2007, p. 3).

Essas áreas são resultados de tentativas de enquadramento de certos espaços ao que os planejadores chamam de política de habitação de interesse social. Essas frases que compõem o caput de leis municipais são deveras questionáveis. Será que as AEIS são o sonho de consumo das classes que as ocupam? Será que não estão sendo destinados esforços equivocadamente para a preservação de uma situação que tem sido historicamente combatida (de guetificação, segregação etc.)? Simplesmente criar leis de imobilização urbanística não resultará, necessariamente, na garantia de vida digna a quem quer que seja.

Mas a questão não é tão simples, ao contrário, é até mesmo bastante contraditória. As AEIS estão localizadas em área de grande valorização imobiliária na cidade de Natal e por isso tem sofrido assédio constante do mercado imobiliário formal. Embora sejam áreas de fragilidade socioespacial, elas têm uma dinâmica própria de mercado imobiliário informal e, com isso, anima uma série de outras atividades. Entram em choque os interesses dos diferentes grupos.

Retomando a discussão dos espaços de heterotopia, constata-se que eles são um reflexo da própria dinâmica capitalista. A ilusão quimérica da justiça social, da igualdade para todos, produz espacialidades complexas. De um lado, ações de controle social e ordenamento territorial, de outro, iniciativas de particulares na busca pela sobrevivência, fomentada pela pressão e pelos condicionantes do mercado (especialmente imobiliário).

Arrisca-se a dizer que a heterotopia tem lugar quando o habitus não é inculcado ou compartilhado por um determinado grupo social em certos espaços. Ou seja, quando não há o compartilhamento deste por pessoas que partilham de um conjunto mais ou menos homogêneos de condições de existência, embora a utopia da cidade ideal, dos bairros bem dotadas de equipamentos, bens e serviços atinja a maioria. Essa maioria, entretanto, distopicamente, recria os espaços a partir de suas realizações ontológicas.

Essas heterotopias não emergem do nada. Elas são produto de resistências. São o ponto de discórdia de certos modelos de desenvolvimento urbano. Mas aí encontra pela

frente o território, dominado, apropriado. As territorialidades são consubstanciadas para respaldar uma dada ordem moral, política, institucional, cultural etc., mas nem toda ordem, seja de qual natureza for, é dinâmica o suficiente para prever o movimento dialético da práxis social.

A massa não é ignara como se pode pensar. Pelo menos não como se pensa. Ela carrega um habitus que faz dela preparada e ao mesmo tempo resistente para se posicionar de certa maneira quando se trata de fazer escolhas para a sua realização social. E aí reside a riqueza da informalidade, ilegalidade e outras formas de representação da espoliação urbana que pode ser vista a partir da produção da cidade. Riqueza do ponto de vista da dinâmica própria que estas apresentam e da condição de autonomia relativa que acabam incorporando, dando ao espaço um sentido particular de seu *modus vivendi*.

Isso porque o habitus é ao mesmo tempo estruturas estruturantes e estruturas estruturadas. E isso conduz a ação dos agentes no território. O conjunto das práticas é histórico, por isso mesmo estruturado. Não obstante, o habitus, essa disposição duradoura, carrega um componente criativo, estruturante que evoca o elemento inventivo, inovador e, até mesmo, surreal presente na heterotopia.

Entretanto, as práticas não são de todo autônomas, são orientadas por intenções objetivas, de agentes que têm o poder de tornar determinante o que é arbitrário no processo de produção social do espaço. Contudo essas práticas não são facilmente subvertidas por um ou outro interesse qualquer, mas, via de regra, são cooptadas pelas subliminidades das estratégias de agentes ligados ao mercado ou ao controle social, que imbui à coletiva de um espírito conformista.

“A subordinação do conjunto das práticas a uma mesma intenção objetiva, espécie de orquestração sem maestro, só se realiza mediante a concordância que se instaura, como por fora e para além dos agentes, entre o que estes são e o que fazem, entre a sua vocação subjetiva (aquilo que deles se espera), entre o que a história fez deles e o que ela lhe pede para fazer, concordância essa que pode exprimi-se no sentimento de estar bem ‘no seu lugar’, de fazer o que se tem, e de o fazer com gosto – no sentido objetivo e subjetivo – ou na convicção resignada de não poder fazer outra coisa, o que também é uma maneira, menos feliz certamente, de se sentir destinado para o que se faz” (BOURDIEU, 2002, p. 87).

Quando isso acontece pode se dizer que a natureza estruturada do habitus, aquilo que é herdado historicamente, prevaleceu sobre a estruturante. Essa subordinação das práticas é uma prerrogativa da dominação que se efetiva pelo reconhecimento do poder ou da relevância da ação de outrem. Por isso os processos de naturalização derivados dessas injunções acarretam o instituto da representação social (i)legítima(?) que cria poderes constituídos socialmente. Nessa perspectiva, as impressões de Bourdieu acerca do mundo social são significativas.

“O mundo social está assim povoado de instituições que ninguém concebeu nem quis, cujos ‘responsáveis’ aparentes não só não sabem dizer – nem mesmo mais tarde graças à ilusão retrospectiva, como se ‘inventou a fórmula’, também se surpreendem que elas possam existir como existem, tão bem adaptadas a fins nunca formulados expressamente por seus fundadores” (BOURDIEU, 2002, p. 93).

A complexidade dos eventos e dos mecanismos dos agentes sociais se deve à conjunção de fatores ligados ao reconhecimento social, que deriva do poder simbólico disseminado nas diferentes esferas da arquitetura social. Não é um poder que seja de fácil aquisição, uma vez que está ligado à questões de alteridade e de objetivação de diferentes capitais simbólicos. Para Bourdieu

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 2002, p. 14).

Esse poder simbólico é muitas vezes transfigurado no capital simbólico objetivado, que permite aos agentes no território mobilizar processos de ordens diversas. O capital simbólico para Bourdieu (2001) é o que dota de valor elementos materiais e imateriais, associados ou não a outros tipos de capital (econômico, cultural). No que se refere aos aspectos materiais a habitação tem um referente direto, afinal, ela pode significar *status*, bom gosto, refinamento, e garantir ao seu proprietário maior ou menor prestígio social. Nesse sentido talvez seja interessante falar nos “efeitos simbólicos do capital”, nesse caso, o econômico, representado pelo valor de troca da habitação.

Quando se trata de falar em capital simbólico objetivado, está se falando exatamente da incorporação dos efeitos simbólicos dos diferentes capitais pelos agentes. A disputa pela validação desses capitais no território gera territorialidades cujas características revelarão as disputas sociais travadas em um dado espaço, bem como a hegemonia de um poder sobre os demais.

O poder simbólico dos agentes no território está relacionado ao reconhecimento destes diante de seu grupo. Dessa forma, seria pela via da negação desse poder que se amenizariam os efeitos nefastos da estratificação social, nos moldes da sociedade capitalista contemporânea? Isso porque esse poder é arbitrário e transferível, efêmero, diga-se, inclusive. Ou, pensando no reconhecimento, seria na legitimação das heterotopias e não no seu enquadramento a certas ordens, o caminho para a justiça social?

Responder a esses questionamentos significaria instrumentalizar os agentes nos caminhos para um novo paradigma de desenvolvimento urbano dentro do sistema

capitalista. O pensamento por trás dessas reflexões carrega um conteúdo revolucionário em função da natureza complexa do sistema econômico que move a sociedade. Analogamente, se na visão de Thomas Hobbes “o homem é o lobo do homem” isso se aplica efetivamente ao sistema capitalista, que se alimenta de suas crises para ressurgir a partir de novos elementos.

Considerações finais

Olhar para o espaço urbano a partir da perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado do capital pode auxiliar na sua desmistificação. O modo particular de atuação dos agentes promove tipos específicos de territorialidades. Na cidade de Natal essas territorialidades tomam a forma, por um lado, de espaços de “renovação/recriação”, seja de padrão construtivo, de demanda ou de função. Por outro lado, podem tomar a forma de “cristalização”, seja na forma de guetos, auto-segregação das elites ou “encarceramento” da pobreza urbana (fundos de quintal, vilas etc.). O panorama geral dessa realidade pode ser verificado de maneira significativa em uma área específica da cidade, aqui denominada “Eixo de Investimento e Valorização Imobiliária – EIVI”.

Cercado por um cordão dunar, próximo à praia e ao estuário do Rio Potengi, o EIVI é uma área que vem se tornando muito interessante para o mercado imobiliário, em função de aspectos de localização e dos investimentos públicos realizados, especialmente aqueles direcionados para o desenvolvimento do turismo. Esse conjunto de condições especiais fomentou uma relação entre o turismo e o setor imobiliário, que tem contribuído para o aquecimento do mercado imobiliário, inflacionando os preços de terrenos e imóveis.

Uma área que pode ser considerada, à luz de Milton Santos, “espaço luminoso” de Natal, o EIVI apresenta a dinâmica imobiliária de uma área de forte valorização. Contudo, o EIVI não é somente isso. É também onde se concentra a contradição, a segregação residencial e discrepâncias socioespaciais, uma vez que abriga um mix de classes sociais diferenciadas. O EIVI é composto pelos bairros Rocas, Ribeira, Petrópolis, Tirol, Lagoa Nova, Nova Descoberta, Capim Macio e Ponta Negra – bairros das zonas leste e sul da cidade. A partir da análise desse eixo serão apresentados alguns aspectos inerentes às territorialidades que se estruturam na cidade de Natal, a partir da ação do mercado imobiliário.

Conforme discutido anteriormente a estruturação espacial não é autônoma, embora seja arbitrária e socialmente determinada. Ela é resultado das ações sociais. Na cidade de Natal estas ações promoveram, entre outras, três situações que podem ser mais facilmente identificadas. A primeira está relacionada à ação mais direta do poder público, na figura de intervenção urbanística e social; a segunda está associada ao capital imobiliário e às

classes de maior renda; e a terceira são os chamados espaços de resistência/sobrevivência urbana. Estas realidades socioespaciais serão tangenciadas nesse trabalho, a partir da associação entre a prática em si e o seu referente, a saber, o processo social que as gerou.

No primeiro caso enquadra-se parte considerável dos bairros do EIVI e está relacionada às práticas de ordenamento territorial, envolvendo as determinações do Plano Diretor de Natal, com instrumentos como o controle de gabarito e potencial construtivo, a institucionalização de AEIS, discutida anteriormente e as zonas de proteção ambiental.

Embora estas ações de intervenção urbanística sejam justificadas a partir da idéia de adequação às condições gerais de infra-estrutura e nível de complexidade das funções que determinadas áreas apresentam, elas não promovem somente os efeitos, questionáveis ou não, pretendidos originalmente. No caso da intervenção pelo controle de gabarito, ela transformando estas áreas em reserva de valor para o mercado imobiliário. Isto por que as leis são constituídas como válidas em certos momentos históricos, mas isso pode mudar com o tempo, fato semelhante já ocorreu na própria cidade de Natal, no bairro de Areia Preta.

Dentro do EIVI as áreas que se encontram nessa situação, como os bairros de Nova Descoberta e Mãe Luiza, sofrem forte pressão do mercado imobiliário. Em função disso, não raro, representantes da sociedade potiguar (deputados estaduais e vereadores, principalmente) são envolvidos em denúncias de acordos políticos com grandes construtoras e incorporadoras que atuam na cidade.

Há, ainda, outro agravante nesta situação. Como estas áreas não podem ser amplamente exploradas pelo mercado imobiliário, recebem também pouca atenção do poder público. Isso reforça a ideia de que há uma relação bem comum entre a oferta de bens e serviços urbanos essenciais e a atividade imobiliária. As classes de menor renda, por desconhecimento ou por falta de força política não costumam exigir do poder público aquilo que lhes é de direito.

A segunda situação se refere à territorialização das elites na cidade. A conjugação dos interesses urbanos das elites e da dinâmica do mercado imobiliário resultou na conjugação de espaços urbanos exclusivos, nos quais circulam as classes de maior renda da cidade. São, em muitos casos, bairros com moradias de alto padrão, clínicas médicas e estéticas e outros serviços especiais. Entretanto, ao mesmo tempo, nos interstícios desses bairros, famílias inteiras buscam meios de realização social, em condições muito distantes das vivenciadas pelas classes mais ricas que ali residem.

O que se pode depreender de tais considerações é que as territorialidades na cidade são compostas por certos grupos, mais ou menos homogêneos, de condições de existência. Compreende-se ainda que isso não significa que as classes-limite da cidadania não

participam desse *mise-en-scène*. Ao contrário, pode-se enxergá-las na figura dos espaços heterotópicos, disseminados por diferentes áreas da cidade.

Quando Harvey destaca que “Os processos moleculares de acumulação do capital podem criar, e efetivamente criam, suas próprias redes e estruturas de operação no espaço [...]” (HARVEY, 2005, p.80), isso quer dizer que o capital, em diferentes escalas, tem meios de se reproduzir sem que haja, diretamente, um escopo para uma economia espacial capitalista a priori, podendo se utilizar de elementos simbólicos como a cultura local, a imagem, a paisagem e o imaginário social. Harvey destaca, entretanto, que com o estado burguês a sua reprodução ampliada encontra menos obstáculos na realização. O desenvolvimento geográfico desigual que tem lugar na cidade de Natal vem produzindo não mais espaços duais. Verificam-se complexos sistemas de apropriação do solo, por alternância do jogo de poder político, econômico e social, como é o caso da vila de Ponta Negra.

Referências

- COSTA, Costa, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CHIAPPARA, Juan Pablo. **Michel Foucault**: ficção, real e representação A produção de sentidos sociais: desdobramentos teóricos contemporâneos. Disponível em: www.unicamp.br/~aulas/pdf3/19.pdf Acesso em: 04 de out. de 2010.
- COSTA, Costa, Rogério Haesbaert da. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: edições Loyola, 2002.
- LEFEBVRE, Henry. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do núcleo de Geografia Urbana da UFMG. Belo Horizonte, 2006.
- LEFEBVRE, Henry. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- ROSENDAHL, Zeny. **Território e territorialidade**: Uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. Disponível em: www.usp.br/prc/engenhho/pdfs/resje_territorioetransformacao.pdf Acesso em: 20 set. 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SOUSA FILHO, Alípio de. Por uma teoria construcionista crítica. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/.../Para%20uma%20teoria%20construcionista%20critica.pdf Acesso em: 22 set. 2010.

VALENÇA, M. M. Ensaio sobre a dinâmica do imobiliário em Harvey. In: VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008, v. 1, p. 243-250.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 2001.

WACQUANT, Loïc. **Esclarecer o *Habitus***. Disponível em: <http://sociologias-com.blogspot.com/2008/07/esclarecer-o-habitus-loc-wacquant.html> Acesso em: 27 de Jul de 2008. Traduzido do Inglês por José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira; revisto por Carla Augusto e pelo Autor.